



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 116

18 a 22 de setembro de 2023



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquivo ALEP



REUNIÃO DE DIRETORIA RECEBE SENARORES PARANAENSES

SENADORES DO PARANÁ SE REUNEM COM DIRETORIA DA OCEPAR

Os senadores do Paraná, Flávio Arns (PSB), Sergio Moro (União Brasil) e Oriovisto Guimarães (Podemos), expressaram seu apoio e concordância com as demandas apresentadas pelo cooperativismo paranaense durante a discussão da Proposta de Emenda à Constituição que modifica o Sistema Tributário Nacional, a PEC 45/2019.

A proposta de Reforma Tributária já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e está atualmente em análise no Senado. Os três senadores aceitaram o convite da organização e participaram da 7ª reunião ordinária da diretoria da OCEPAR, que ocorreu na última sexta-feira (15/09). Os senadores Flávio Arns e Sérgio Moro estiveram presentes no encontro, enquanto o senador Oriovisto, que estava em viagem ao exterior, enviou uma mensagem de vídeo.

O senador Sérgio Moro (UB) destacou que seu principal compromisso se concentrará em evitar o aumento de tributos com a reforma. Já o senador Flávio Arns destacou que está alinhado com os pleitos da OCEPAR, pois reconhece a importância do ato cooperativo e o funcionamento das cooperativas paranaenses para a economia do país. Já o senador Oriovisto expressou sua insatisfação com alguns trechos do texto da reforma aprovado pela Câmara, principalmente em relação ao conselho federativo.

A participação dos senadores na Reunião de Diretoria da OCEPAR foi destaque do Informe Paraná Cooperativo. Mais detalhes [acesso aqui](#).

7ª reunião de diretoria da OCEPAR



Fonte: OCEPAR.



REFORMA TRIBUTÁRIA NO SENADO



CCJ DO SENADO DISCUTE REFORMA TRIBUTÁRIA

Na última quarta-feira (20), a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal organizou uma audiência pública para ouvir representantes do agronegócio e do cooperativismo sobre a Reforma Tributária. A discussão concentrou-se sobre os possíveis impactos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, bem como a defesa da manutenção de benefícios creditícios e fiscais já garantidos pela Constituição aos setores, e também a adoção de alíquotas reduzidas e tratamento diferenciado para produtos do gênero alimentício e biocombustíveis.

A OCB foi representada pelo consultor jurídico João Caetano Muzzi Filho, que destacou o modelo cooperativo como responsável pela inclusão social e econômica dos indivíduos em determinado ambiente de negócios. Em defesa do modelo cooperativista, Muzzi citou um estudo da FIPE que mostra o efeito do cooperativismo no ambiente econômico, segundo o qual, para cada real gasto em consumo de produtos ou serviços de cooperativas, houve o aumento de seis centavos na arrecadação tributária nesse ambiente. Ressaltou ainda a importância de manter trechos relevantes do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que garante condições para a manutenção do adequado tratamento às cooperativas garantido pela Lei 5764/1971.

Outra participação de destaque ficou a cargo do ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega, que destacou o Conselho Federativo como uma inovação na Reforma. Segundo o ex-ministro, é importante que democracias federativas organizem esses conselhos junto com a adoção do IVA, seguindo assim as melhores práticas internacionais do modelo.



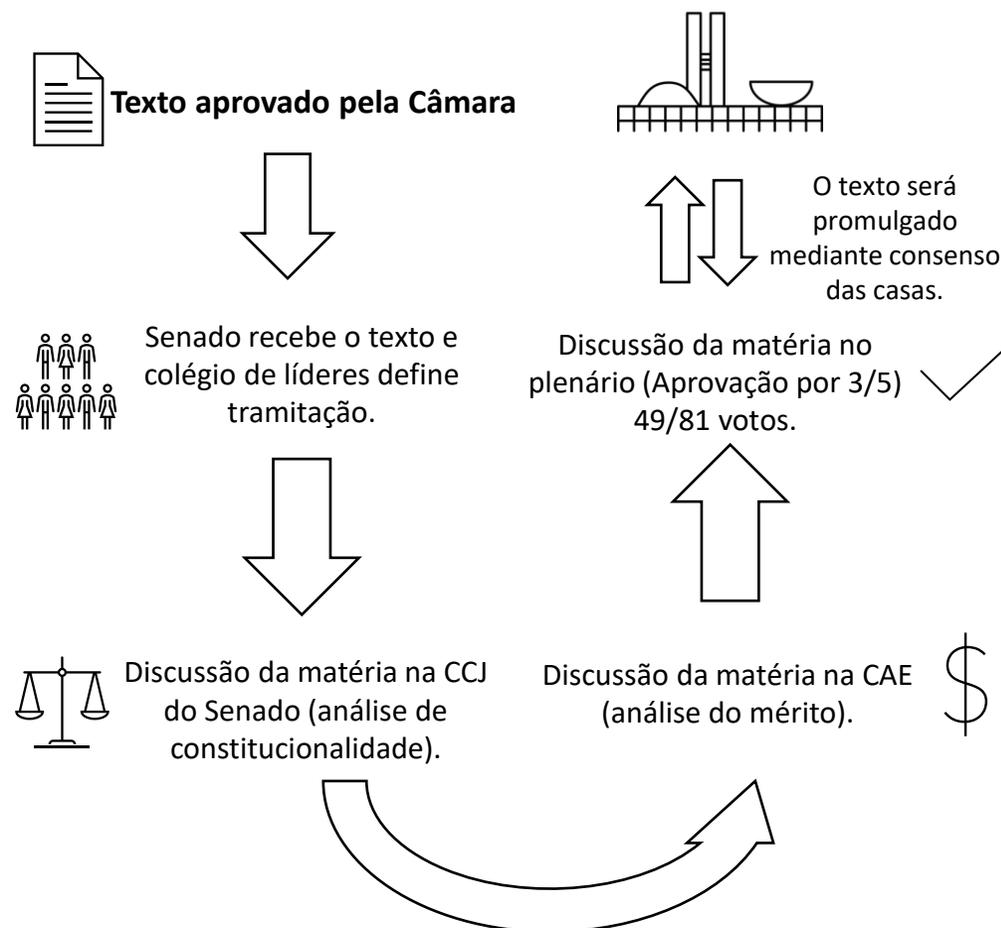
TRÂMITE DA REFORMA TRIBUTÁRIA NO SENADO

O primeiro mês da reforma no Senado foi marcado por pressões de setores que acreditam que seus pleitos não foram atendidos pelo texto da Câmara dos Deputados. Os principais agentes de pressão na atualidade têm sido os governadores. A pauta dos governadores é sobre a clareza de como funcionará o conselho federativo, eles querem garantia de que os estados terão sua independência garantida.

Por definição do presidente Rodrigo Pacheco com os líderes partidários, a Reforma Tributária terá um trâmite simplificado no Senado. Há um acordo para que nenhum trecho do texto seja fatiado, e não será criada uma comissão especial para a discussão da matéria. A PEC tramitará em pelo menos duas comissões permanentes do Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Caso o Senado aprove a reforma com alterações, o texto volta para a Câmara para que os deputados confirmem as mudanças. Se alguma delas for rejeitada, os senadores serão consultados novamente. Como se trata de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), nenhuma das duas Casas tem a palavra final — a promulgação só pode acontecer quando as duas estiverem de pleno acordo em relação ao texto

Trâmite da Reforma Tributária no Senado

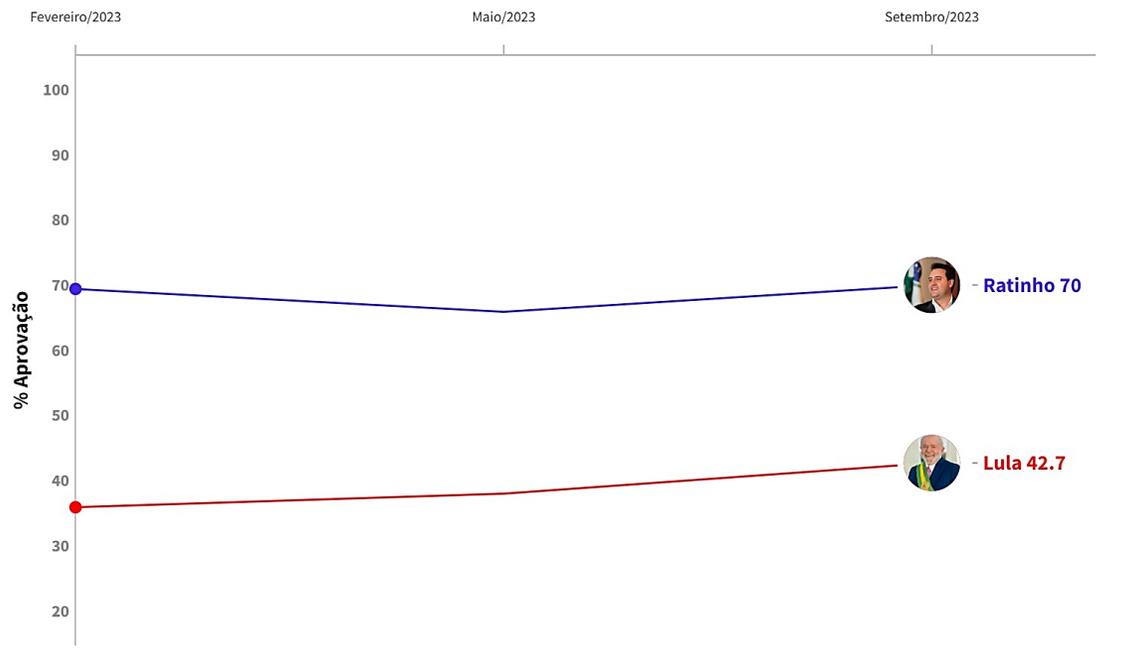




INDICADORES DA POLÍTICA PARANAENSE

DESEMPENHO GOVERNAMENTAL NO PARANÁ

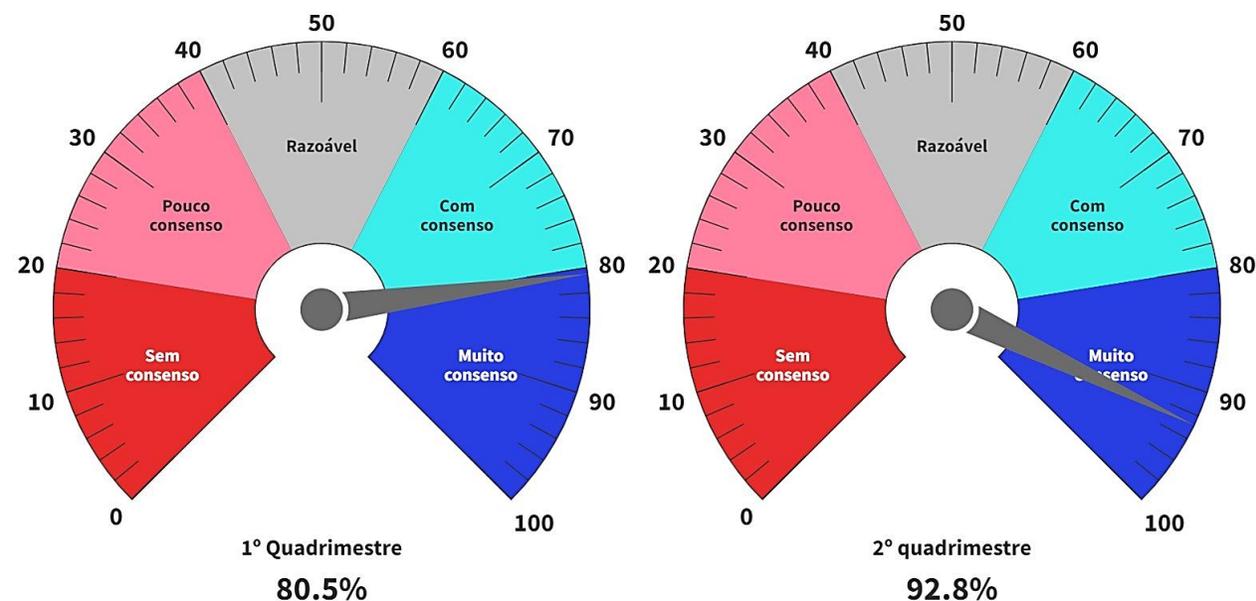
Gráfico – Aprovação dos governos no Paraná (%):



Fonte: GETEC/OCEPAR.

[Acesse aqui o gráfico interativo em tela grande.](#)

Gráfico - Grau de consenso na relação Executivo-Legislativo na Assembleia Legislativa do Paraná (%):



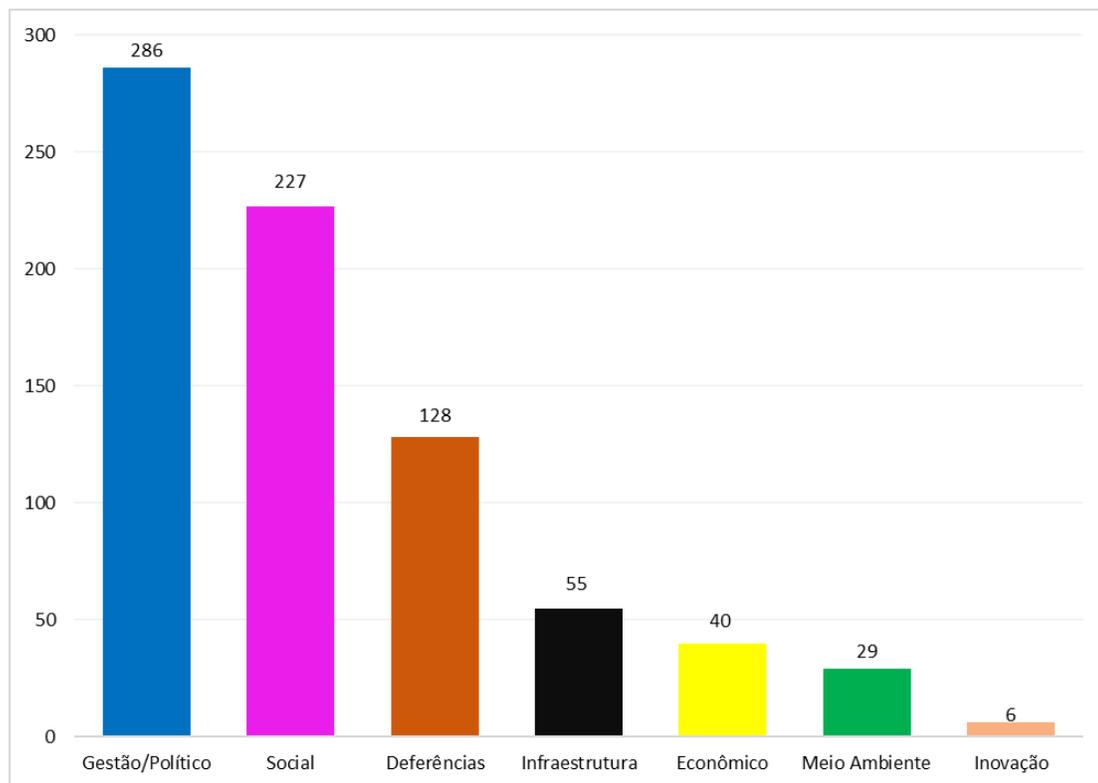
Fonte: GETEC/OCEPAR.

[Acesse aqui o gráfico em tela grande.](#)



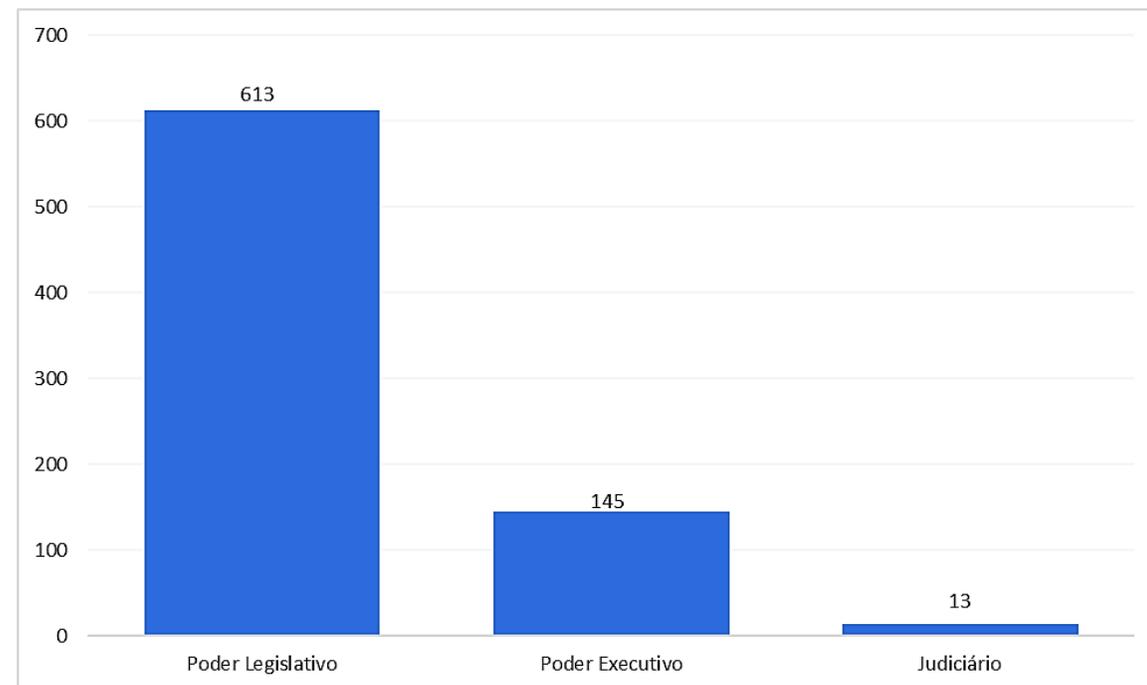
PRODUÇÃO LEGISLATIVA NO PARANÁ

Gráfico- Temas dos projetos protocolados na ALEP



Fonte: GETEC/OCEPAR.

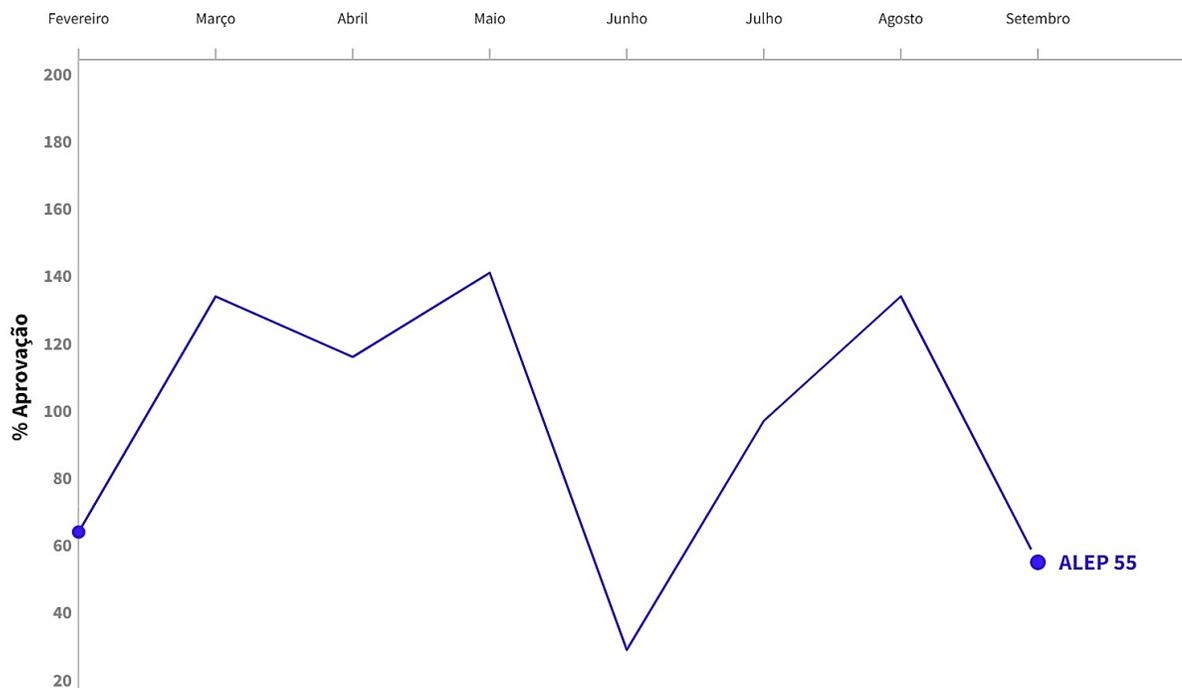
Gráfico- Autoria das proposições protocoladas na ALEP



Fonte: GETEC/OCEPAR.

PRODUÇÃO LEGISLATIVA NO PARANÁ

Gráfico- Apresentação proposições mensais na ALEP:



Fonte: GETEC/OCEPAR.

[Acesse aqui o gráfico interativo em tela grande.](#)



A Coordenação de Relações Institucionais da OCEPAR realiza o acompanhamento periódico da produção legal e emissão de Decretos Governamentais no estado do Paraná.

No ano de 2023, foram 96 sessões plenárias acompanhadas, somando mais de 260 horas de acompanhamento das ações legislativas de audiências públicas, comissões e votações legislativas.

Nesse acompanhamento, monitora-se o risco político e regulatório das decisões políticas tomadas no âmbito estadual para o setor cooperativista.